



Congresso promulga emenda que contribui para pacto federativo

Arrecadação do ICMS sobre comércio on-line, que beneficiava estados mais desenvolvidos, passa a ter nova forma de divisão

Com a tendência cada vez maior de os consumidores preferirem as compras on-line, o Congresso conseguiu ontem solucionar a partilha, entre os estados, da receita do ICMS obtida com o comércio eletrônico no país. Promulgou a Emenda Constitucional 87,

que define regras para dividir, entre os estados comprador e vendedor, o imposto cobrado sobre produtos e serviços adquiridos a distância, pela internet e por telefone. A emenda corrige distorção que previa o recolhimento somente pelo estado onde está a sede da loja virtual. **3**

Congresso, em sessão solene presidida por Renan (C), promulga emenda constitucional



Gerardo Magela/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Índigena participa da sessão no Senado: homenagem pelo Dia do Índio

Senado homenageia índios

Na sessão em que foram homenageados, em razão do Dia do Índio, líderes indígenas disseram aos senadores que não querem receber regalias, mas apenas ser

tratados como brasileiros comuns. Eles também pediram a derrubada da PEC que dá ao Congresso poder para decidir sobre demarcação de terras indígenas. **2**

Banco do Brasil deve elevar juros cobrados de agricultores

Em audiência, vice-presidente do banco disse que crédito fica comprometido por esvaziamento das poupanças e elevação da Selic. **7**

Reforma política não é tarefa do STF, diz Gilmar Mendes **5**

Diplomatas para África passam em comissão **8**

Audiência hoje debate cultura do cacau **7**

Projeto beneficia mulheres no campo **6**

CPI do HSBC negocia dados de investigados

Senadores se reuniram com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para pedir compartilhamento de dados com a França. **5**

José Medeiros, Paulo Rocha, Cardozo, Ricardo Ferraço e Randolfe Rodrigues na reunião



André Corrêa/Senado Federal

QUE OS POVOS INDÍGENAS CONTINUEM DEIXANDO SUAS MARCAS EM NOSSA CULTURA, EM NOSSOS VALORES E EM NOSSA SOCIEDADE.

DIA DO ÍNDIO
19 de abril

SENADO FEDERAL

Siecom | Publicidade e Marketing

Em sessão de homenagem no Senado, líderes indígenas afirmaram que não querem regalias, mas apenas ser tratados com respeito, como brasileiros comuns

Queremos que respeitem nossos direitos, diz índio

OS ÍNDIOS NÃO querem ter tratamento especial. Querem apenas ser tratados como os demais brasileiros. O recado foi dado pelo índio Neguinho Truká ontem, na sessão de homenagem do Senado aos povos indígenas.

— Não somos melhores nem piores do que as demais minorias deste país. O que queremos é ter condições de disputar de igual para igual com o filho de quem vive na favela, com o filho de quem vive na fazenda, com o filho de quem vive no centro da cidade — disse o líder indígena.

O Dia do Índio se celebra em 19 de abril. A sessão de ontem fez parte da Semana de Mobilização Nacional Indígena 2015, de 13 a 16 de abril, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), com eventos em todo o país.

Os senadores também pediram respeito aos direitos dos índios. João Capiberibe (PSB-AP) citou a carta enviada no mês passado à presidente Dilma Rousseff em que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil apresenta uma série de reivindicações, como a



Neguinho Truká fala na sessão, ao lado de João Capiberibe. Usando cocar, Telmário Mota conta ter nascido numa aldeia

demarcação de pelo menos 20 áreas indígenas:

— O que querem os povos indígenas é que o governo dê continuidade à demarcação de todas as terras indígenas, muitas das quais estão até hoje sem nenhum procedimento demarcatório instituído.

Usando um cocar, o senador Telmário Mota (PDT-RR) disse que vivia na sessão “um momento de muita alegria e emoção”. Ele contou ter nascido numa comunidade indígena e só ter entrado na escola aos 11 anos. A bisavó mal falava português, mas era fluente em macuxi.

— Eu dizia que chegaria a esta Casa e usaria um cocar. Eu quis fazer isso no dia da minha posse — afirmou o senador.

Pedido de desculpa

Vicentinho Alves (SD-TO) disse que em seu mandato sempre tem tentado ajudar os povos indígenas. Para o senador, a causa é justa, pois tem a ver com uma “parte sofrida” do Brasil, esquecida pela população e pelos políticos. Ele afirmou lamentar o preconceito que ainda existe contra os índios.

— Todas as vezes que tenho de me pronunciar sobre



Moneira Maniz/Agência Senado

temas indígenas, sou tomado de alegria, pois ela justifica a defesa de uma causa justa. Mas também pondero que há um pedaço do Brasil sofrido que o Brasil não conhece.

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs ao Senado mais sessões como a de homenagem aos índios. Ele ressaltou a necessidade da eleição de índios para o Congresso. O senador lembrou o cacique Mário Juruna, que foi deputado federal, e disse que, se fosse eleito presidente da República, usaria o discurso de posse para pedir desculpas aos índios:

— Eu iria pedir desculpas

aos velhos sem apoio e sem aposentadoria, mas sobretudo iria pedir desculpas aos povos indígenas pelas maldades que nós, os brancos, cometemos ao longo de 500 anos.

Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do Congresso e do governo uma reflexão sobre as dificuldades dos índios:

— Clamo por uma ação governamental e parlamentar efetivamente estratégica e integrada para desatar de modo conclusivo os nós que são atrelados às questões indígenas.

Wellington Fagundes (PR-MT) parabenizou os índios pelo esforço que fazem para a preservação do meio ambiente e pelo histórico esforço pela integração do país:

— Se não fosse o trabalho dos índios que estiveram aqui com arco e flecha, talvez o Brasil tivesse sido dividido em muitos países.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lamentou o que chamou de “genocídio” dos “verdadeiros donos da terra”:

— Os índios têm sobrevivido por teimosia e isso deve ser celebrado.

Líderes indígenas pedem que PEC da Demarcação seja derrubada

Na sessão de homenagem aos índios, foram feitas críticas aos parlamentares, à PEC da Demarcação e ao projeto de Lei da Biodiversidade.

Para o cacique Neguinho Truká, o Congresso pode contribuir com a pauta indígena analisando o Estatuto das Sociedades Indígenas (PL 2.057/1991), que está pronto para votação no Plenário da Câmara. Para ele, é preciso “desengavetar” o projeto.

Truká entende como necessária a reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai), com plano de cargos e salários e valorização dos servidores. O cacique reivin-

dica a criação de subsistemas de saúde e de educação que respeitem as especificidades dos povos indígenas.

— Não estamos aqui dizendo que índio tem que ter privilégio. Ao contrário, queremos que as pessoas comecem a nos conhecer de fato para saber de que forma podemos utilizar o que é de todo o povo brasileiro, dentro da nossa realidade.

A líder Sônia Guajajara disse que a audiência de representantes indígenas com o vice-presidente Michel Temer, ocorrida ontem, foi uma conquista importante. Ela se disse feliz por ter entrado no Senado, “apesar da polícia lá fora”, e

pediu a criação de um grupo de trabalho, com a participação de índios, para tratar de pautas em favor dos povos indígenas.

Sônia lamentou as alterações na Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015), que prejudicariam os indígenas, e a pouca presença de senadores na sessão:

— Agradeço muito os senadores que estão aqui, mas lamento muito a ignorância dos ausentes.

O líder indígena Davi Kopenawa Yanomami pediu aos senadores que derrubem a PEC 215/2000. A proposta, em análise na Câmara, dá ao Congresso a legitimidade para demarcar as terras indígenas:

— A PEC 215 é uma cobra grande. Vamos matá-la, antes de ela crescer. Vamos enterrar, para não nascer mais a raiz.

O líder Piracumã Yawalapiti classificou a PEC 215 de preocupante e pediu a demarcação imediata de terras indígenas. O presidente da Funai, Flávio Chiarelli, disse manter a esperança de que a proposta seja rejeitada ainda na Câmara.

João Capiberibe (PSB-AP), que sugeriu a sessão de homenagem, pediu que o governo se posicione contra a PEC. Também criticaram a proposta Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Telmário Mota (PDT-RR). Valdir Raupp (PMDB-RO)

prometeu olhar a PEC da Demarcação “com cuidado”, para corrigir possíveis distorções. O senador, no entanto, também disse acreditar que a proposta não será aprovada na Câmara.

Vicentinho Alves (SD-TO) sugeriu a criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas (como prevê o PLS 173/2011), diretamente vinculada à Presidência da República, como forma de valorizar as demandas dos índios.

— Os índios podem contar comigo. Serei contra qualquer proposição que diminua os direitos dos indígenas — afirmou o senador.



Índios participam de sessão na Câmara dos Deputados, que também prestou homenagem ontem aos povos indígenas

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa do Senado.

CRA Cultura do cacau

13h A Comissão de Agricultura faz seminário em Itabuna (BA) para analisar o panorama da cacauicultura.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Alteração nas alíquotas será gradual. Estado do comprador terá 100% da diferença apenas em 2019. Para parlamentares, medida pode fortalecer o pacto federativo

Promulgada divisão do ICMS do *e-commerce*

A EMENDA CONSTITUCIONAL 87, que garante a divisão entre os estados comprador e vendedor da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre produtos e serviços adquiridos a distância, pela internet e por telefone, foi promulgada ontem pelo Congresso.

A proposta, que tramitou como PEC 7/2015, corrige uma distorção tributária que permitia o recolhimento de todo o ICMS somente pelo estado onde está a sede da loja virtual. O estado de residência do comprador, ou de destino da mercadoria, não tinha qualquer participação no imposto cobrado. Assim, eram beneficiados principalmente os entes mais desenvolvidos.

— A fórmula constitucional até agora em vigor permitia uma anomalia, ao determinar a incidência da alíquota interna, geralmente elevada, em operações envolvendo mercadorias destinadas a compradores não contribuintes do imposto e localizados em outro estado. Esse é mais um passo que estamos dando para a repactuação do pacto federativo — avaliou o presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros.

O texto promulgado é o que foi modificado pela Câmara dos Deputados, que torna gradual a alteração nas alíquotas, atribuindo aos estados de destino 100% da diferença de alíquotas apenas em 2019. Até lá, vale a seguinte regra de transição: 20% para o destino e 80% para a origem em 2015; 40% para o destino e 60% para a origem em 2016; 60% para o destino e 40% para a origem em 2017; e 80% para o destino e 20% para a origem em 2018.

— Esse é um marco na política do ICMS do país, pois amplia a possibili-



Eunício Oliveira, Walter Pinheiro, Renan Calheiros, deputado Waldir Maranhão e Delcídio do Amaral na sessão solene que promulgou o texto

dade de termos um Estado simétrico. Hoje temos uma realidade em que vigora a assimetria — disse o vice-presidente da Câmara e do Congresso, deputado Waldir Maranhão (PP-MA).

Pacto federativo

Renan, que foi relator da proposta no início da tramitação, em 2012, lembrou ainda que este é mais um passo na busca por um pacto federativo mais justo e equilibrado, para reduzir as desigualdades sociais e regionais. O parlamentar recordou que o Senado trabalha em outras medidas nesse sentido, como a mudança do indexador da dívida dos estados e eliminação da guerra fiscal e aprovou há poucos dias a convalidação dos incentivos fiscais.

A matéria foi aprovada quarta-feira tanto pela Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ) quanto pelo Plenário, e os próprios parlamentares cobraram celeridade na promulgação do texto.

Primeiro signatário de uma das propostas que originaram a emenda, Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que a nova regra do ICMS para o comércio eletrônico é o primeiro passo para o fim da guerra fiscal entre os estados.

— Começamos a diminuir as desigualdades entre os estados. Essa emenda é legítima e justa porque ela busca justiça na distribuição do ICMS — destacou o senador.

Delcídio elogiou os relatores, Renan Calheiros e Eunício Oliveira (PMDB-CE), que, segundo julgou, promoveram importantes ajustes ao texto.

Eunício registrou a parceria esta-

belecida na Casa para que a matéria ganhasse calendário especial e fosse logo aprovada depois do retorno da Câmara, em fevereiro de 2015. Ele destacou ainda que o texto ganhou apoio unânime tanto na CCJ quanto em Plenário, inclusive de parlamentares dos chamados estados produtores, que agora passam a compartilhar receitas de ICMS do comércio eletrônico com as unidades federativas menos desenvolvidas.

O senador disse ainda que a aprovação da PEC tem papel fundamental para equilibrar de modo mais adequado a Federação, que vem enfrentando a chamada guerra fiscal — o conflito gerado pela iniciativa dos estados mais pobres de oferecer incentivos para atrair empresas, abrindo mão de receitas de ICMS.

Senadores celebram reforço futuro no caixa dos estados

Vários senadores comemoraram o reforço futuro nos caixas de seus estados. Blairo Maggi (PR-MT) salientou que, para Mato Grosso, a medida representa agora um volume extra de receita anual de R\$ 200 milhões. Além de aliviar o caixa dos governos, as novas regras significam justiça tributária com os que consomem as mercadorias e não estavam sendo beneficiados com o recebimento de tributos em seus estados, acrescentou.

— É dinheiro para a educação, para a saúde, é dinheiro no caixa dos governos para que possam enfrentar os problemas desse momento de ajuste fiscal.

José Pimentel (PT-CE) afirmou que, para o Ceará, serão mais R\$ 280 milhões. Além disso, as mudanças criam o ambiente propício para a aprovação da Resolução 1/2013, que modifica as alíquotas interestaduais do ICMS e aguarda análise do Senado.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) celebrou os mais de R\$ 25 milhões anuais iniciais que serão destinados ao Amapá e elogiou Delcídio, que “teceu a matéria com pincel de artista”, e o empenho de todos os parlamentares na aprovação, incluindo os senadores dos estados que perderão arrecadação:

— Poucas vezes o Senado cumpriu tão bem seu papel de Casa federativa.

Walter Pinheiro (PT-BA) — um dos

articuladores para a aprovação da PEC em dois turnos ainda na quarta — lembrou que, se o sistema já estivesse em funcionamento desde o ano passado, a Bahia já teria faturado R\$ 100 milhões “para serem investidos em saúde, educação, infraestrutura e melhoria para a vida dos cidadãos”.

Waldemir Moka (PMDB-MS) também elogiou a proposta originalmente encampada por Delcídio e afirmou que os recursos virão em boa hora, para “acudir na emergência”, principalmente pelo quadro econômico atual do país.

Hélio José (PSD-DF) disse que “Brasília está muito feliz” com os R\$ 200 milhões a mais anuais que receberá.

Apesar de vários senadores comemorarem a aprovação da medida, Raimundo Lira (PMDB-PB) lamentou o acordo feito na Câmara, que resultou na aplicação gradativa das novas regras de distribuição do ICMS do comércio eletrônico em avanços percentuais ao longo de cinco anos. A seu ver, a correção na distribuição deveria ter sido feita de modo imediato.

O senador frisou que os estados produtores já têm vantagens comparativas, pois lá estão as grandes corporações, os empregos e os exportadores.

— Nós somos apenas os consumidores e deveríamos ser compensados por isso, não punidos — criticou.

Renan: PEC é mais um passo para o fim da guerra fiscal

A nova repartição entre os estados do ICMS cobrado pelas vendas on-line e por telefone corrige uma distorção tributária que privilegiava os estados mais ricos, em detrimento dos menos desenvolvidos. A avaliação é do presidente do Senado, Renan Calheiros. O senador discursou ontem durante sessão solene em que foi promulgada a Emenda Constitucional 87.

— Os estados consumidores não se beneficiavam com a movimentação de recursos, com a partilha dos impostos, somente os que vendiam. Tão importante quanto quem produz é, evidentemente, quem consome — disse.

Renan observou que as vendas pela internet representam um mercado crescente. Em 2014, o setor cresceu

24% em relação a 2013, chegando a movimentar R\$ 35,8 bilhões.

— Em 1988, quando o texto constitucional ficou pronto, a arrecadação com esse tipo de comércio era praticamente zero, pois nem sequer existia — disse.

Para ele, a emenda representa mais um passo do Congresso para acabar com a chamada guerra fiscal.

Relator do texto que originou a emenda em sua primeira análise no Senado, ele destacou a participação unânime dos senadores na votação.

— É relevante que a totalidade dos senadores tenha concordado com a emenda, pois entendeu que o compartilhamento do ICMS nas vendas não presenciais, tal como estava sendo praticado, não era justo — concluiu.

Valdir Raupp destaca benefícios para a Região Norte

Valdir Raupp (PMDB-RO) classificou de produtiva a semana de votação no Senado e destacou a aprovação da emenda que muda a distribuição nos estados do ICMS referente ao comércio eletrônico.

Segundo ele, a medida vai beneficiar os estados da Região Norte:

— Rondônia vai receber, a partir do ano que vem, em torno de R\$ 20 milhões por mês. Não é muito dinhei-



ro, mas, para Rondônia ou para qualquer outro estado do Norte do país significa a construção de uma escola, a construção de um pequeno hospital para atender a população carente daquela região.

O senador frisou a aprovação da MP 660, que assegura aos servidores dos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá o direito de ingressarem no quadro de servidores da União.

Senado + transparente

Secom | Criação e Marketing

É fácil
ficar sabendo



O Senado Federal busca ser cada vez mais **transparente**. Para isso, vai além de tornar **acessíveis as informações** sobre a instituição e os senadores. Ele se **antecipa às demandas** da sociedade ao divulgar amplamente o trabalho legislativo. Além disso, para estimular a **participação social** nas discussões do Parlamento, a Casa disponibiliza recursos de interatividade e espaços de **diálogo** com os cidadãos.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Saiba mais. Entre em contato
pelo Alô Senado:
0800 612211
www.senado.leg.br/alosenado

www.senado.leg.br





Randolfe (E), Paulo Rocha e Ferraz, na CPI: investigação francesa apura atividades ilícitas do banco HSBC na Suíça

CPI do HSBC quer acesso a dados de 126 brasileiros

Comissão vai solicitar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras informações sobre investigados por fraude fiscal. Senadores também ouvirão indicado como sucessor de Alberto Youssef

A CPI DO HSBC aprovou ontem solicitação de informações de 126 pessoas listadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) como detentoras de contas na filial suíça do banco e que estão sendo investigadas por suposta fraude fiscal. O pedido foi feito pelo relator, Ricardo Ferraz (PMDB-ES).

— Nosso objetivo é separar o joio do trigo. Não é crime ter conta no exterior, só queremos saber se declararam à Receita, ao Banco Central, enfim, se cumpriram a lei — afirmou.

Segundo ele, a CPI também passa a focar mais na ação do próprio banco. O presidente da comissão, Paulo Rocha (PT-PA), confirmou uma reunião fechada com o presidente do HSBC no Brasil, André Guilherme Brandão, na quarta-feira.

— O HSBC já foi condenado pela Justiça americana em US\$ 2 bilhões por ter facilitado a lavagem de dinheiro. Já tem processo na França. Na Bélgica já repatriaram dinheiro. Temos que saber se aqui também foram criadas condições para a evasão de recursos — completou Ferraz.

A pedido do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), foram aprovados a elaboração e o envio para a CPI de 50 relatórios de inteligência fiscal (RIFs), sob responsabilidade do Coaf, que depois serão analisados. Entre os nomes, estão o do apresentador de TV Carlos Roberto Massa (o Ratinho) e dos empresários Roberto Medina (dono da marca Rock in Rio) e Henry Hoyer.

Hoyer está sendo investigado pela Operação Lava-Jato, apontado pelo delator Paulo

Roberto Costa como sucessor do doleiro Alberto Youssef.

— Essas informações serão muito importantes não só para a CPI, como também para outras investigações que envolvem a Lava-Jato. Sabemos como ele movimentou o dinheiro — disse Randolfe.

O depoimento de Hoyer para a CPI estava previsto para ontem, mas foi adiado para que os senadores pudessem acessar os dados. O mesmo se deu em relação ao ex-diretor do metrô de São Paulo Paulo Celso Silva. A CPI também aprovou novas audiências, ainda sem data, com o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello, e com o jornalista e ex-deputado suíço Jean Ziegler, autor do livro *A Suíça Lava mais Branco*.

Os senadores ainda devem visitar o embaixador suíço no Brasil, André Regli.

Senadores pedem a Cardozo compartilhamento de informações

Após reunião com integrantes da CPI ontem, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, informou que o secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, vai acompanhar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, durante reunião no final do mês em Paris, com as autoridades fran-

cesas encarregadas das investigações. Os senadores ainda pediram o compartilhamento de dados com a França, que teria uma lista com nomes de 8,7 mil brasileiros com contas na filial suíça do HSBC.

— A França já liberou esses dados para Espanha, Argentina, Grécia, Bélgica, Estados

Unidos. Não tem sentido nem razão não compartilharem as informações com o Brasil — afirmou o relator da CPI, Ricardo Ferraz (PMDB-ES).

O presidente da comissão, Paulo Rocha (PT-PA), também defendeu acesso aos dados, devido às prerrogativas judiciais da CPI.

Gilmar Mendes: reforma política é tarefa do Parlamento, não do STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes disse que cabe ao Congresso decidir sobre a reforma política, e não ao STF, e que isso deve ser feito com cautela, e não como “solução mágica” para os problemas do país. O ministro proferiu ontem a aula inaugural do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), avaliando pontos da reforma, como o financiamento de campanhas, em discussão no STF e no Congresso.

Mendes criticou a ideia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de que só pessoas físicas possam doar, e sempre o mesmo valor, “independentemente de se tratar de um industrial ou de um beneficiário do Bolsa Família”. Para o ministro, “além da captação ilícita de recursos, teríamos também os captadores de CPF”. Se for adotado, esse modelo seria “a encomenda de um laranjal”. Gilmar Mendes pediu vista na ação da OAB.

Depois da aula, ele defendeu seu pedido de vista. O Supremo, disse, não pode decidir a toque de caixa, ainda mais um assunto que o país discute há anos sem obter definição.

Para o ministro, há questões anteriores ao financiamento a serem enfrentadas. Uma delas é a definição do modelo a ser adotado e os reflexos nos custos das campanhas eleitorais.

— O sistema proporcional não foi aperfeiçoado. E, agravado pelas coligações, dá sinais de exaustão — disse.

Mendes sugeriu aprofundar a discussão sobre o formato das campanhas. Os gastos atuais são ilimitados, salientou o ministro, que também atua no TSE. A distribuição do tempo de propaganda é uma “matriz de equívoco”, porque faz com que os partidos sejam cooptados para aumentar a exposição. Também é preciso discutir se faz sentido a doação em período não eleitoral, como ocorre hoje.

O debate tem muitas variáveis, como cláusula de barreira, número de partidos, modelo de representatividade, voto distrital, misto ou em lista, existência de suplentes. Com essa complexidade, o ministro defende “uma resposta adequada”, ressaltando que essa tarefa é dos políticos.

— Não se faz democracia sem os políticos e os partidos. Todos têm defeitos e virtudes. Por isso, os modelos estão em permanente discussão no mundo todo — afirmou.

Para o ministro, é necessário vitalizar o Parlamento, restabelecer o espaço como casa de debates e ressaltar o que é positivo.

Estiveram presentes o primeiro secretário do Senado, Vicentinho Alves (PR-TO), o diretor do ILB, Helder Rebouças, a diretora-geral, Ilana Trombka, e o secretário-adjunto da Mesa, José Tadeu.



Vicentinho (E) abre aula do ILB, que teve palestra de Gilmar Mendes (2º à esq.)

Brossard era “um farol na escuridão”, diz Lasier

Em homenagem ao ex-senador e ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Paulo Brossard, que morreu no domingo, aos 90 anos, Lasier Martins (PDT-RS) destacou em Plenário o espírito ético, a inteligência e a coragem do jurista e político que se notabilizou como um dos mais ativos adversários do regime militar.

— Naqueles tempos sombrios, ele era um farol na escuridão — afirmou.

Ao destacar a trajetória de Brossard, o senador ressaltou que ele ocupou posições culminantes nos três Poderes, deixando uma biografia “inatacável, sem manchas”. Também lembrou que



Genardo Mingel/Agência Senado

“teve a honra” de ter sido aluno do jurista na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Segundo Lasier, Brossard deixou exemplo de que a política pode ser feita com princípios, ideias, honestidade e respeito à coisa pública. Ele lembrou discurso de Brossard ao chegar ao Senado em 1974, eleito pelo MDB, único partido de oposição à época: “Enquanto estiver aqui, não pedirei licença para dizer o que entenda que deva dizer”, declarou o jurista.

— O regime jamais ousou calar sua voz. Além de ocupar com maestria esta tribuna, ele percorreu o país para defender a redemocratização — disse Lasier.

Caiado: Dilma descumpru lei orçamentária

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) deixa claro que a presidente Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade por ter descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orçamentária Anual.

O TCU apurou, disse, que o governo deixou de repassar ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica e ao BNDES pelo menos R\$ 40 bilhões destinados a programas como seguro-desemprego, Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida.

Caiado explicou que, por não ter dinheiro para essas despesas que estavam previstas na lei orçamentária, o governo



Waldemir Botelho/Agência Senado

teria se beneficiado de empréstimos junto a bancos oficiais para fazer os pagamentos.

Porém, disse, a Lei de Responsabilidade Fiscal impede que a União se beneficie de empréstimos de bancos que lhes são subordinados. Afirmou ainda que, pela Constituição, descumprir a lei orçamentária é crime de responsabilidade, punível com perda do cargo e inabilitação, por até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública.

— Está claro que o descumprimento da lei orçamentária incide sobre a Presidência da República a condição de prática de crime de responsabilidade.

Proposta altera programa federal de compra de alimentos, em certos casos com dispensa de licitação, destinados à população carente. De acordo com o texto, que agora irá à Comissão de Agricultura, governo terá de dar prioridade aos produtos plantados por jovens e mulheres

Projeto beneficia pequenas agricultoras

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na quarta-feira o PLS 240/2014, que consolida em lei e altera regras do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O grupo gestor do programa, já autorizado por lei a estabelecer critérios prioritários em favor de subgrupos vulneráveis de agricultores familiares, deve passar a oferecer atenção específica às mulheres e aos jovens.

O texto vai agora para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde o projeto terá votação terminativa (em caráter final, sem ter de passar pelo Plenário). A autora é a ex-senadora Ana Rita.

Ana Rita apontou a necessidade de aprimorar e cristalizar na lei as medidas adotadas pelo governo na execução do programa, criado em 2003 dentro do Fome Zero (Lei 10.696/2003). A normatização mais recente do PAA foi feita



Cultivo de bananas em Cáceres (MT): Programa de Aquisição de Alimentos incentiva prática da agricultura familiar

pela Lei 12.512/2011. Com a proposta, algumas regras hoje contidas em decreto regulamentador são transferidas para a lei que está sendo sugerida.

O PAA tem duas finalidades: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para que esses objetivos sejam atingidos, é autorizada a compra

de alimentos produzidos pela agricultura familiar, inclusive com dispensa de licitação.

Os produtos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e

filantrópica de ensino.

O relator do projeto, Raulo Rodrigues (PSOL-AP), pediu a aprovação com emendas. O senador considerou indispensável registrar a revogação de dispositivos contidos pelo projeto e já previstos em outros diplomas legais, evitando a duplicidade de disciplinamento da mesma matéria.

Rádio Senado homenageia Fundo de Quintal

O programa *Eu Quero um Samba*, da Rádio Senado, homenageará neste fim de semana um dos mais tradicionais, populares e prestigiados grupos de samba do país: o Fundo de Quintal. Com mais de 30 discos gravados, o grupo revolucionou o samba com nomes como Jorge Aragão, Arlindo Cruz e Sombrinha. Para contar a trajetória de sucesso desse celeiro de talentos, Bira Presidente e Ubirany, fundadores do mítico bloco carnavalesco Cacique de Ramos e do Fundo de Quintal, participam do programa.

COMO OUVIR

AMANHÃ, às 12h

- ▶ Dia e horário: sábado, às 12h, com reprise no domingo, às 14h
- ▶ Para sintonizar: em FM nas cidades de Brasília (91,7 MHz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Manaus (106,9 MHz), Teresina (104,5 MHz), João Pessoa (106,5 MHz), Macapá (93,9 MHz) e São Luís (96,9 MHz)
- ▶ Pela internet: o programa está disponível na página da Rádio Senado

Hélio José faz alerta sobre devastação da Mata Atlântica

Hélio José (PSD-DF) defendeu a urgente recomposição das florestas no Sudeste. Ele lembrou que a região tem passado por uma longa seca e disse que o desmatamento da Mata Atlântica e a devastação das matas ciliares estão entre as principais razões do problema.

O senador afirmou que o fato acaba com o mito de que no Brasil, ou pelo menos no Sul e no Sudeste, não ocorreriam secas nesses níveis.

Para Hélio José, o país não agiu com precaução e o exemplo mais recente é o Sistema Cantareira. Destinado a abastecer quase 9 milhões de pessoas, o sistema corre sério risco devido ao



desmatamento, disse. Ele informou que há na área somente 11% de cobertura vegetal e que a bacia do

sistema tem mais de 8 mil quilômetros de rios, atingindo 12 cidades. Também afirmou que, ao aplicar os parâmetros do Código Florestal para o Cantareira, constata-se déficit de mais de 32 mil hectares de vegetação:

— Devemos nos conscientizar de que a secura nos reservatórios resulta de uma perversa combinação de ciclos naturais, de aquecimento global causado pelo homem e, contextualmente, pela criminosa destruição da Mata Atlântica das regiões dos rios e mananciais.

Lira destaca papel do Senado de fiscalizar obras do São Francisco

Raimundo Lira (PMDB-PB) destacou a reinstalação, nesta semana, da comissão temporária para acompanhamento da transposição do Rio São Francisco. Ele ressaltou a importância da atuação do Senado na fase final das obras, exercendo a atribuição de fiscalizar.

Na quarta-feira, o senador foi eleito presidente da comissão, que terá como relator Humberto Costa (PT-PE).

Lira citou números do empreendimento, que classificou como “monumental”: 622 quilômetros de obra linear, com túneis, aquedutos, estações de bombeamento e reservatórios, ao custo de R\$ 8,2 bilhões. Lembrou ainda que a transposição



deve garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios do agreste e do sertão em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

— As polêmicas que cercaram a concepção e a execução do projeto se transmutaram em crescente ansiedade pela rápida conclusão. A chamada crise hídrica demonstrou cabalmente a urgência e a importância dessas obras.

Como exemplo do impacto na vida do nordestino, o senador mencionou a construção do Sistema Adutor do Piancó (PB), que considera fundamental para garantir o abastecimento dos reservatórios da região.

Omar reclama verbas federais para investimento em Manaus

A capital do Amazonas, Manaus, tem recebido poucos recursos federais destinados a investimentos, segundo Omar Aziz (PSD-AM). Em pronunciamento na terça-feira, ele acusou o governo de Dilma Rousseff de “má vontade” com a cidade, uma vez que o prefeito, o ex-senador Arthur Virgílio, pertence ao PSDB, partido de oposição. Omar apelou por mais recursos.

— A gente não vê boa vontade política do governo federal com Manaus. A população não pode ser penalizada porque o prefeito é ou não amigo da presidente e dos ministros — criticou. Desde 2013, quando começou a atual administração, o governo federal



tem repassado poucos recursos à prefeitura. Ele argumentou que, além de prejudicar a população, a verba gasta na elaboração dos projetos acaba desperdiçada.

— Qualquer prefeito gasta recursos da população para elaborar o projeto. Se ele não chegar com anteprojeto pronto, não dá nem para conversar com o ministro — explicou o senador.

Em aparte, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) rejeitou a crítica de Omar. A Prefeitura de Manaus, segundo ela, não tem apresentado projetos consistentes. Ela citou os recursos para mobilidade urbana devolvidos à União por falta de projeto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Banco do Brasil prevê subir juros do crédito rural

Segundo o vice-presidente de Agronegócios da instituição, elevação da Selic e a redução dos depósitos na poupança deverão comprometer volume de recursos disponíveis

O VICE-PRESIDENTE DE Agronegócios do Banco do Brasil, Osmar Dias, disse que é inevitável a elevação dos juros no financiamento da próxima safra. O motivo é o aumento da taxa básica de juros (Selic) e a redução de depósitos à vista e na caderneta de poupança, principais fontes dos recursos do crédito rural. A declaração foi feita numa audiência pública organizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

No debate, Acir Gurgacz (PDT-RO), Waldemir Moka (PMDB-MS), Lasier Martins (PDT-RS), Donizeti Nogueira (PT-TO), José Medeiros (PPS-MT) e Ana Amélia (PP-RS), que preside a CRA, manifestaram preocupação com os impactos do ajuste fiscal no campo — em especial com o corte de recursos e a elevação de juros para financiar as atividades rurais.

Dias explicou que R\$ 7 de cada R\$ 10 emprestados pelo

Banco do Brasil aos agricultores são provenientes de depósitos à vista e depósitos em poupança. Para 2014, o banco havia estimado em R\$ 165 bilhões os depósitos em poupança, mas fechou o ano com R\$ 148 bilhões.

— Ali já havia um problema de fuga para outras aplicações ou o cidadão estava retirando o dinheiro da poupança para consumo, ou os dois juntos. Tivemos esse desbaste na poupança e também no depósito à vista, o que acaba impactando o crédito rural — explicou.

O banco tem buscado outras fontes, fazendo o que ele chamou de “mix de recursos”, estratégia que garante o volume para atender a demanda, mas com juros acima dos praticados na safra 2014-2015.

— Tem alguma possibilidade de a taxa de juros continuar sendo a mesma praticada hoje? A resposta não é minha, mas acredito que o produtor



Osmar Dias anunciou, na audiência pública presidida por Ana Amélia, R\$ 24 bilhões para financiar agricultura familiar

[empresarial] ficaria satisfeito se ela não ultrapassasse 8,5% [ao ano] e que o volume de recursos fosse igual ao do ano passado, corrigido apenas pela inflação — disse, frisando que a definição dos juros do crédito

rural é responsabilidade da equipe econômica do governo.

Para a safra em curso, que termina em junho, foram anunciados R\$ 156,1 bilhões para financiar a agricultura empresarial, a juros de 6,5%,

e R\$ 24 bilhões para a agricultura familiar, a juros que variam de 0,5% a 3,5% ao ano. A expectativa no campo, de acordo com os senadores, é de que não haja retrocesso no crédito rural.

Instituição trabalha para reduzir fraudes no Pronaf

Osmar Dias relatou aos senadores as providências do Banco do Brasil para apurar denúncias de fraude no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em Santa Cruz do Sul (RS).

De acordo com ele, são investigados 6 mil contratos com a agricultores familiares da região intermediados pela Associação Santa-Cruzense de Pequenos Agricultores Camponeses (Aspac), que somaram R\$

88,8 milhões de 2006 a 2013.

Após uma auditoria, o banco afastou 8 funcionários, mas ainda investiga outros 50. Ele anunciou a conclusão da investigação para o fim de maio. De acordo com o vice-presidente, trata-se de um problema isolado.

— Atendemos 1,2 milhão de pronafianos no país. Estamos falando aqui de uma região pequena, com 6.335 mutuários. O banco é o maior interessa-

do em que esse assunto seja esclarecido — disse.

Osmar Dias disse estar trabalhando com o Ministério do Desenvolvimento Agrário em regras para aumentar a segurança na emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), espécie de credencial para que um agricultor possa ter direito a acessar o crédito.

Para evitar novas fraudes ou uso político do programa, Ana Amélia sugeriu que o crédito seja depositado diretamente na conta do agricultor familiar, sem a intermediação de associações ou outras entidades.

Quanto a denúncia de desvios de recursos do Pronaf em Campo Novo de Rondônia (RO), Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que o governo rondoniense afastou 30 servidores da Empresa de Extensão Rural do estado suspeitos de participação no esquema.

Ana Amélia diz confiar na investigação sobre o programa

Ana Amélia (PP-RS) registrou ontem, em Plenário, a audiência na Comissão de Agricultura (CRA) com o vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil, Osmar Dias. Ele falou sobre investigação de fraudes no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Oito funcionários foram afastados da agência de Santa Cruz do Sul (RS), e, até o final da sindicância, a expectativa é que 50 funcionários sejam afastados.

O vice-presidente explicou que as operações de crédito foram feitas via Associação Santa-Cruzense de Pequenos Agricultores Camponeses (Aspac), que está sendo investigada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, e ainda não é possível saber ao certo quanto foi desviado.

Ana Amélia disse que é preciso preservar o Pronaf para que uma situação de fraude isolada não contamine todo o programa. Ela lembrou que a agricultura familiar tem aumentado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios sendo, portanto, um programa de relevância social, mas defende a apuração rigorosa dos fatos:

— O que a gente espera é que a Polícia Federal, como vem fazendo até agora em operações de grande repercussão como a Lava-Jato, a Zelotes e tantas outras, tenha o mesmo comportamento republicano que vem tendo até agora para apurar exemplarmente todas as evidências dessa fraude, e, aí, punir, por denúncia do Ministério Público, os responsáveis.



Plantação de fumo no interior gaúcho: banco investiga caso em Santa Cruz do Sul

Audiência hoje na Bahia debate produção de cacau no Brasil

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz hoje, na Bahia, audiência pública para discutir a situação da cacauicultura brasileira. O encontro começa às 13h no Centro de Pesquisa do Cacau, entre Ilhéus e Itabuna (BA).

Proposto por Lídice da Mata (PSB-BA), o debate deve abordar pontos específicos da cultura, como sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, armazenamento e comercialização.

Devem participar o governador da Bahia, Rui Costa, o diretor-geral da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira, Helinton Rocha, e representantes de associações de produtores, entre outros convidados.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Vanessa pede definição sobre direitos de domésticas

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) cobrou a regulamentação da Emenda Constitucional 72, que concedeu direitos aos trabalhadores domésticos.

A senadora pediu que o projeto seja votado até 27 de abril, Dia do Trabalhador Doméstico.

Ela lembrou que já se passaram dois anos desde que a mudança na Constituição foi promulgada pelo Congresso e, neste período, os profissionais ainda não puderam aproveitar todos os benefícios que lhes foram concedidos, como o FGTS.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Vanessa ressaltou que o projeto de regulamentação (PLS 224/2013 — Complementar) foi aprovado pelos senadores em julho de 2013.

O projeto seguiu, então, para a Câmara, que somente em março deste ano terminou de analisar o tema, devolvendo ao Senado um substitutivo (SCD 5/2015).

— Faço aqui um apelo à sensibilidade do presidente Renan Calheiros e das lideranças parlamentares para que possamos analisar essa pendência até 27

de abril, quando é comemorado o Dia do Trabalhador Doméstico. É o mínimo que podemos fazer para garantir direitos que lhes foram negados por tantos anos — defendeu.

Na avaliação de Vanessa, causa espanto o fato de que até hoje os funcionários domésticos sejam considerados uma “espécie de subclasse”, sem os mesmos direitos dos demais trabalhadores.

— Essa é, sem dúvida, alguma herança maldita dos tempos coloniais, que deveria há muito tempo ter sido extirpada da sociedade — afirmou.

Indicações passaram em comissão, mas senadores criticaram gastos desnecessários para manter postos de representação em países não prioritários para a política externa

Senadores aprovam embaixadores na África

OS SENADORES DA Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovaram ontem as indicações dos novos embaixadores do Brasil no Togo e na Guiné Equatorial. Discordaram, no entanto, da oportunidade de manter em funcionamento, no momento de ajuste fiscal, embaixadas localizadas em países que não seriam prioritários para a política externa brasileira.

As duas mensagens entraram em pauta há duas semanas, mas a votação foi suspensa porque o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre os custos de manutenção de embaixadas e consulados no exterior. Ontem o senador presidiu a reunião e, mais uma vez, reiterou que não tem preconceito contra a África, como chegou a ser publicado nas redes sociais.

— Se neste momento estamos cortando benefícios sociais no Brasil, precisamos analisar a manutenção de algumas embaixadas e consulados que não têm resultado concreto de longo prazo — afirmou Tasso, lembrando que o Itamaraty tem atrasado até as contas de luz em algumas embaixadas.

Guiné

Indicado para o cargo de embaixador na Guiné Equatorial, o ministro de segunda classe Evaldo Freire prometeu empenhar-se na promoção comercial de produtos brasileiros e na ampliação do intercâmbio cultural com o país, que foi admitido no ano passado na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O embaixador indicado admitiu que o Brasil tem grande déficit comercial com a Guiné Equatorial, de onde importou em 2014 US\$ 1,1 bilhão em petróleo e para onde expor-



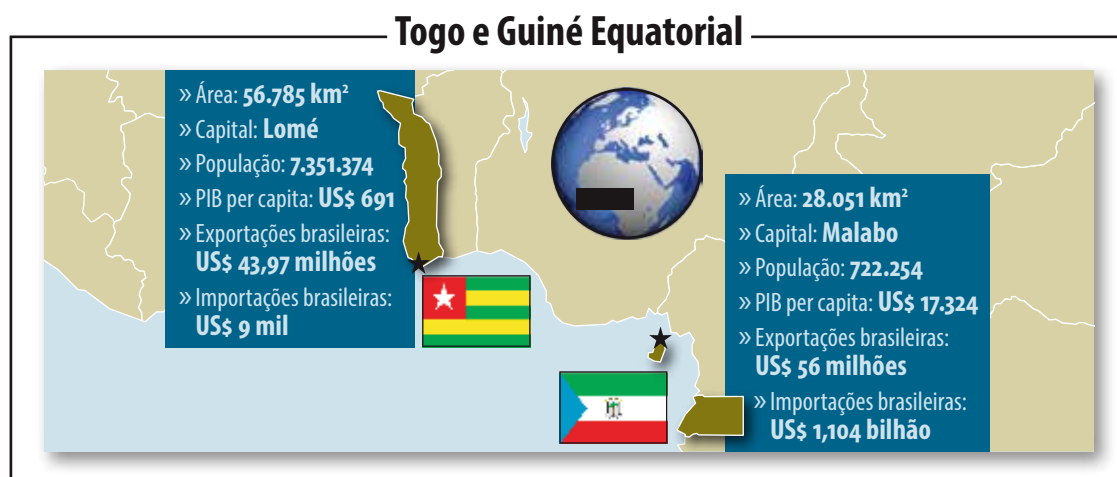
Tasso (C), que presidiu sessão que aprovou os nomes dos diplomatas Evaldo (E) e Antônio Carlos (D), disse que não tem preconceito contra o continente africano

tu apenas US\$ 56 milhões. Ele informou que empresas brasileiras de engenharia já conquistaram contratos de US\$ 5 bilhões em serviços de construção de estradas.

Via marítima

O embaixador designado para representar o Brasil no Togo, ministro de segunda classe Antônio Carlos de Salles Menezes, anunciou a intenção de ampliar as linhas de transporte aquático entre o país e o Nordeste brasileiro. Ele informou que foi recentemente inaugurado um porto de águas profundas no Togo capaz de receber navios que, por seu tamanho, só podem atracar em grandes portos. Salles Menezes ressaltou que apenas dois dias de navegação separam o terminal no Togo dos Portos de Pecém e Suape, no Nordeste do Brasil.

A embaixada em Lomé, capital do Togo, chegou a ser fechada pelo governo brasileiro em 1997, para redução de gastos, mas foi reaberta em 2006 pelo então presidente Lula, em sua política de maior aproximação com o continente africano.



Violação de direitos humanos é lembrada

Diversos senadores lembraram que a Guiné Equatorial vem sendo acusada há muitos anos de desrespeito aos direitos humanos. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) advertiu que, apesar de um grande crescimento econômico após a descoberta de jazidas de petróleo, o país ocupa apenas a 144ª posição no mundo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse que não existe oposição ao presidente Teodoro Obiang, que é o oitavo governante mais rico do mundo, segundo a revista *Forbes*.

Para o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o Brasil precisa ter “voz firme contra abusos e crimes”, mas também precisa ampliar sua presença na África. Cristovam Buarque (PDT-DF) foi favorável à abertura de embaixadas no continente, da mesma forma que os senadores Marta Suplicy (PT-SP) e Lindbergh Farias (PT-RJ). Lasier Martins (PDT-RS) criticou a Guiné Equatorial por dispor da maior renda per capita da África, calculada em US\$ 23 mil, mas uma das piores expectativas de vida do mundo. Da mesma forma, a senadora

Ana Amélia (PP-RS) pediu o estabelecimento de prioridades em época de ajuste fiscal. Hélio José (PSD-DF) defendeu a busca de investimento nos dois países da África Ocidental, enquanto Ronaldo Caiado (DEM-GO) questionou a razão de manter a embaixada.

A comissão aprovou ainda pareceres favoráveis a dois acordos internacionais: o primeiro, na área de turismo, com Camarões, e o segundo, na área de defesa, com a República Tcheca. Agora, as mensagens e os acordos serão submetidos ao Plenário.

Lindbergh avalia novo contexto latino

O término da Guerra Fria nas Américas e a nova política dos Estados Unidos em relação a Cuba tendem a recolocar a relação da América Latina com a América do Norte “num patamar diferente, muito mais rico e cooperativo”. A opinião é de Lindbergh Farias (PT-RJ).

O senador expressou confiança de que a política dos EUA para a América Latina não será mais ditada pelos “interesses anacrônicos e paroquiais de um pequeno grupo de exilados cubanos e por dinossauros ideológicos incrustados no Departamento de Estado”.

Lindbergh celebrou também a reparação de uma “injustiça histórica” — a decisão do presidente Barack Obama



Gerardo Magalhães/Agência Senado

de remover Cuba da lista do governo norte-americano de nações que patrocinam o terrorismo. A decisão final depende agora do Congresso dos EUA.

Lindbergh, porém, advertiu que o Brasil não pode regredir no Mercosul, em nome de “um livre-cambismo quimérico”. Para ele, não se pode voltar aos sepultados tempos da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), “que ameaça ressurgir na forma de acordos bilaterais de livre comércio”.

— Não podemos regredir na integração regional. Ao contrário, precisamos fazer avançá-la ainda mais — disse.

O senador também prestou homenagem ao escritor uruguaio Eduardo Galeano, morto recentemente.

Medeiros: Brasil perde com Mercosul

Não faz mais sentido o Brasil continuar atrelado ao Mercosul, afirmou ontem José Medeiros (PPS-MT). Para ele, o bloco é uma amarra que impede o país de fazer negócios com outras nações e de se integrar de forma mais autônoma ao mercado global.

Ele disse que todos os países do bloco já fazem negócios fora do Mercosul. Tanto que, desde 2005, o Brasil não é mais o principal parceiro comercial do Paraguai e do Uruguai, tendo sido superado pela China. A Argentina, por sua vez, acaba de assinar 15 acordos bilaterais com a China, ao arripio do acordo do bloco.

— O que nos impede de fazer o mesmo? — perguntou o senador.



Waldemir Brito/Agência Senado

Ele sugere que o Brasil priorize acordos bilaterais com economias mais desenvolvidas, bem-sucedidas e dinâmicas. Nos últimos dez anos, observou, os únicos tratados de livre comércio assinados pelo bloco foram com Israel e Egito. E enfatizou: quem mais perde com o Mercosul é o Brasil.

— É mais do que passada a hora de o Brasil deixar o bloco ou convertê-lo, na melhor das hipóteses, em simples área de livre comércio, sem tarifa externa comum. O que nos impede? O Brasil já não precisa do Mercosul, que representa menos de 9,9% de nossas exportações em comparação com os 17,4% de 1998 — afirmou.